

# ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO NO ASSENTAMENTO RURAL LAGOA GRANDE, EM DOURADOS (MS), BRASIL

## Knowledge, Production Of Newness And The Socio-Technical Transition In Family Agroindustries

### RESUMO

O associativismo rural consiste num sistema integrado de produtores e, juntamente com a cooperação, desempenha importante participação nos processos de criação e fortalecimento de estratégias de subsistência voltadas à permanência dos agricultores familiares nos lotes de assentamentos rurais. Continuar a residir nesses locais tornou-se um grande desafio para essas famílias em todo o país, especificamente no Estado do Mato Grosso do Sul. Neste sentido, este estudo foi realizado como objetivo de investigar os mecanismos relativos ao associativismo e sua manifestação no assentamento rural Lagoa Grande, localizado em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. A metodologia utilizada caracterizou-se como uma pesquisa de campo, com a realização de coleta de dados por meio da aplicação de questionários a todos os moradores do assentamento. Os resultados indicam que várias deficiências no assentamento poderiam ser amenizadas ou sanadas com uma maior atuação da Associação de Moradores. A eficiência produtiva dos lotes e a consequente fixação das famílias depende, além de políticas públicas, de uma reestruturação da associação de moradores do assentamento, buscando, além do restabelecimento da confiança na mesma, com a participação dos assentados, a colaboração e a exigência do cumprimento do papel da diretoria.

Adriana Rita Sangalli  
Universidade Federal da Grande Dourados  
adrianarita@hotmail.com

Heloiza Cristina Holgado da Silva  
Universidade Federal da Grande Dourados  
heloizaholgado@hotmail.com

Ivânia Freire da Silva  
Universidade Federal de Mato Grosso – ICHS/CUR  
ivifreire\_@hotmail.com

Madalena Maria Schindwein  
Universidade Federal da Grande Dourados  
madalenaschindwein@ufgd.edu.br

Recebido em 15/04/2014. Aprovado em 07/04/2015.  
Avaliado pelo sistema *double blind review*  
Avaliador científico Sabrina Silva

### ABSTRACT

The rural associativism consists of an integrated system of farmers and, along with cooperation, plays an important role of participation in the creation processes and strengthening of subsistence strategies focused in the permanence of family farmers in rural settlements. To keep living in these plots, however, has become a major challenge for families across Brazil, particularly in the State of Mato Grosso do Sul. This study was performed aiming to research about mechanisms related to associativism and their display in rural settlement Lagoa Grande located in the city of Dourados, Mato Grosso do Sul, Brazil. The methodology was field research. The data collection was conducted through semi-structured interviews, and with visits to the farm of each family. According to results, various deficiencies in the settlement could be mitigated or remedied with higher performance of an Association of Inhabitants. The productive efficiency of plots and, the resulting settling of families, besides public policies, depends on restructuration of the Association of Inhabitants, seeking to restore confidence, with the participation of the community, collaboration, and exigency for fulfillment of the role of board of directors.

**Palavras-Chave:** Agricultura familiar; Assentamentos rurais; Associativismo.

**Keywords:** Family farming; Rural settlement; Associativism.

## 1 INTRODUÇÃO

A Food and Agriculture Organization of the United Nations- FAO (2012) considera a agricultura familiar como um poderoso segmento da sociedade que pode garantir a segurança alimentar da população mundial na atualidade e, principalmente, para as futuras gerações. Para

esta organização, o fortalecimento da agricultura familiar é a chave para reduzir a fome e a pobreza, desde que o pequeno produtor tenha acesso a terra, água, mercados, tecnologias e crédito.

Guilhoto (2005) observa que, assim como no Brasil, nos Estados Unidos os agricultores familiares

são dependentes de apoio governamental, com políticas de crédito e pesquisas agropecuárias, direcionadas aos sistemas de menor escala, assistência técnica, acesso a terra, apoio ao cooperativismo e à educação, para que possam sair da pobreza e alcançar a classe média.

De acordo com Manzanal e Schneider (2011, p.51): “Foi na primeira metade da década de 1990 que a noção de agricultura familiar se firmou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente assimilada por estudiosos e responsáveis pelos projetos políticos”. Os autores apontam três principais fatores que legitimaram a agricultura familiar no país: a recuperação da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais, durante a década de 1990, a criação em 2006 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e da Lei da Agricultura Familiar.

A agricultura familiar é responsável por mais de 80,0% da ocupação no setor rural do Brasil, gerando sete de cada dez empregos no campo e, em torno de 40,0% da produção agrícola nacional. A maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros, na atualidade, é oriunda dos pequenos lotes. Essa modalidade de agricultura favorece a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO -CONAB, 2014).

Apesar de sua importância, a agricultura familiar encontra obstáculos que limitam o seu desenvolvimento, principalmente a escassez de terra, a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros. Esses fatores restringem o alcance do padrão tecnológico necessário para tornar esse segmento competitivo (SOUZA et al., 2011).

Esses obstáculos são ainda mais evidentes nos assentamentos rurais de reforma agrária, interferindo diretamente no desenvolvimento das famílias assentadas, por meio de vários fatores, como: fertilidade dos solos, relevo, localização, água, dimensão territorial, armazéns, máquinas e equipamentos, instalações, agroindústrias, sistema de produção adotado, crédito, assistência técnica e o acesso aos serviços básicos compreendidos pela educação, saúde e moradia. A interação entre estes fatores é determinante para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos (BITTENCOURT et al., 1998).

Depois da conquista da terra, os assentados defrontam-se com novas incertezas, expectativas e desafios quanto à organização econômica e social nos assentamentos equanto à sociedade como um todo. Muitas

famílias nem sequer possuem os meios básicos para os trabalhos mais simples das lidas do campo, algumas ferramentas essenciais como a enxada, o facão e demais instrumentos elementares são precários. Convivem ainda com a falta de crédito adequado, disponibilidade de sementes e orientação técnica, fatores que tornam impossível a sobrevivência das famílias de forma isolada (VALADARES et al., 2011).

Corroborando com os autores, Pires (2002) destaca que os assentamentos rurais encontram dificuldades em se tornarem produtivos e autônomos, fato que decorre de atitudes inadequadas que atrapalham o seu desenvolvimento, tais como as formas de gerir as associações em assentamentos que acabaram por as desvirtuarem de seus propósitos. Somam-se, também, as dificuldades de articulação entre os assentados, as quais são provenientes de suas variadas origens e culturas, atrapalhando a formação do espírito de comunidade e coletivismo.

Diante dos desafios e potencialidades da agricultura familiar, os pequenos produtores, por meio da associação, tendem a melhorar a atuação no mercado e, portanto, o desempenho econômico, o que faz com que o associativismo passe a ser um mecanismo relevante para a construção de um ambiente favorável à permanência dos habitantes dos assentamentos rurais.

Neste sentido, este estudo objetivou investigar mecanismos relativos ao associativismo e sua manifestação no assentamento rural Lagoa Grande, localizado em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Especificamente, pretendeu-se avaliar a caracterização do associativismo no assentamento Lagoa Grande e seu papel no desenvolvimento do assentamento.

Este artigo constitui-se de cinco seções além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se uma revisão bibliográfica abrangendo dois tópicos: agricultura familiar e assentamentos rurais e, cooperação e associativismo rural. Na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção, são apresentados os resultados e as discussões e, por fim, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais.

## **2 AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS RURAIS**

A agricultura familiar se articula sob diferentes formas e intensidades entre seus elementos: família, terra e trabalho, adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Conforme Guilhoto et al. (2006, p. 2): “[...] o setor agropecuário familiar faz parte da história

do Brasil e da própria humanidade. Sua influência foi reduzida ao longo dos séculos devido ao desenvolvimento tecnológico do próprio setor agropecuário e dos outros setores produtivos da economia". Para os autores, o mundo contemporâneo situou o sistema de produção familiar em um contexto socioeconômico próprio e delicado, considerando que sua importância está relacionada com o futuro das pessoas que dependem do campo, com a problemática do êxodo rural e com a desigualdade social no campo e nas cidades.

Carmo e Comitre (2011) destacam a necessidade de políticas diferenciadas para os agricultores familiares, que devem ser criadas de forma interativa com os agricultores. Para Bambil e Vilpoux (2011), as propriedades familiares sujeitam-se às leis de mercado e à demanda de consumidores, onde se incluem a concorrência, o capital, a utilização intensiva do solo e a inovação tecnológica. Os autores ressaltam que, sem a demanda de mercado, a utilização de tecnologias apropriadas torna-se inútil.

Na abordagem de Guilhot et al. (2005), uma parte dos agricultores familiares está mais inserida na lógica de inovação tecnológica do que outros. Os mais inseridos possivelmente ampliarão a sua estrutura produtiva, comprando ativos daqueles que se retiram da atividade. Uma grande parte desses agricultores só conseguirá progredir, por meio da pluriatividade, diversificando as suas atividades para que a renda familiar não dependa exclusivamente da produção agropecuária. Neste contexto, figuram os assentamentos de reforma agrária. Pensados com base na agricultura familiar, resultantes de um processo social e econômico, com possibilidades de desenvolvimento rural, porém com alto grau de dependência de políticas públicas para sobreviverem e progredirem.

O estado de Mato Grosso do Sul possui 203 projetos de assentados rurais federais, onde reside um total de 43.174 famílias, em uma área total de 697.688 hectares. Estes assentamentos estão presentes em 54 dos 78 municípios que integram o estado (INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA, 2012). De acordo com o INCRA (2011), no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, foram criados, no ano de 1997, dois assentamentos rurais, denominados: Lagoa Grande, com 151 lotes distribuídos em uma área de 4.070,7679 hectares; e, Amparo, com 67 lotes distribuídos em uma área de 1.126,8933 hectares.

Conforme Andrade (1998), o projeto de assentamento demarca o fim de um ciclo e o início de outro. Trata-se de um processo de transformação pelo qual

famílias de trabalhadores rurais têm a oportunidade de desenvolver seus projetos de vida, mudando seus destinos e resolvendo o problema da própria sobrevivência. Ademais, verifica-se que os assentamentos rurais possuem um papel importante no espaço rural no Brasil, pois são capazes de gerar emprego, diminuir o êxodo rural, incrementar a oferta de alimentos e a renda dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, melhorar a sua qualidade de vida (TARSITANO, 2011).

De acordo com Bergamasco (1997), o acesso a terra promove uma reorganização social nas famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores: o espaço para a construção habitacional e o aumento na disponibilidade de alimentos para a família para o autoconsumo. Dessa forma, os programas de assentamentos precisam ser planejados e estruturados em áreas localizadas em solos férteis, com apoio financeiro na implantação, para a compra de equipamentos e, principalmente, com orientação técnica que forneça o suporte necessário para as atividades produtivas, de agregação de valor e comercialização.

O desenvolvimento do capitalismo, no campo, impôs aos trabalhadores rurais brasileiro suma lógica na qual a simples posse da terra não garante a reprodução das unidades produtivas familiares. Para tanto, é necessária a articulação com a economia de mercado, a fim de elaborar alternativas de sobrevivência, para que os trabalhadores rurais com pequenos lotes de terra e produção em escala reduzida possam ter níveis de produtividade agrícola competitivos (LAZZARETTI, 2003).

Santos (2011) destaca que, atualmente, os assentamentos rurais do Brasil enfrentam o dilema de conquistarem a terra e converterem os sistemas de produção, pois a replicação das tecnologias convencionais torna-os reféns dos mecanismos estruturais do país.

A modernização da economia e as exigências dos mercados consumidores obrigam famílias assentadas a tornarem-se mais eficientes nos processos produtivos, reduzindo custos e melhorando a qualidade. No entanto, o porte reduzido das unidades de produção familiares limita a produção em maior escala, tornando ainda mais importante o agrupamento das famílias agricultoras em cooperativas, associações ou em outras formas de interação (VILPOUX; OLIVEIRA, 2011).

A adoção dessas alternativas nos assentamentos rurais requer a transferência de conhecimento por profissionais capacitados e o acompanhamento durante a sua implantação. Nesse sentido, Tarsitano et al. (2011) observam que é papel dos técnicos a socialização de tecnologias apropriadas, especialmente em associações,

cooperativas ou grupos informais, que são mediadores na busca de melhorias tecnológicas, gerenciais ou de outra natureza.

## 2.1 Cooperação e Associativismo Rural

Tanto o cooperativismo quanto o associativismo podem ser entendidos como mecanismos de minimização de empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas. Ao possibilitarem crescimento da renda e, por conseguinte, uma série de efeitos de encadeamento diretos e indiretos, em diversas atividades, ambos podem contribuir com a dinamização do sistema econômico, fenômeno essencial ao desenvolvimento.

Dessa forma, com relação ao cooperativismo, a cerne reside na melhoria das condições econômicas dos produtores, principalmente aqueles em que o nível de produção se caracteriza por escala reduzida. Neste contexto, Bialoskorski Neto (2006, p. 236) salienta que a missão fundamental da cooperativa “[...] é servir como intermediária entre o mercado e as economias dos cooperados, para promover o seu incremento, podendo promover a integração do produtor à cadeia produtiva”.

Ainda, Bialoskorski Neto (2006) explica que, em determinadas situações de imperfeição do mercado, a cooperação tende a resultar numa forma eficiente de coordenação, podendo propiciar o bem estar dos seus diversos agentes (ou grupos). Entre as funções da cooperativa, Cook e Chaddad (2004) destacam a melhoria do retorno do agricultor, a diminuição dos custos de transação e a redução dos riscos de renda.

O associativismo tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos. Ele representa uma maneira de sobrevivência no ambiente concorrencial, como destaca Maraschin (2004). A finalidade de uma associação, portanto, consiste em relacionar, de maneira democrática, os agentes com objetivos em comum.

O associativismo cria um ambiente flexível, caracterizado pelo fato de que distintos atores interagem, o que resulta num produto harmônico no estabelecimento de uma comunidade de interesses. Em complemento, Canterle (2004) observa que o associativismo produz uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, de interações e de cooperação, o que reforça a identidade dos associados e, portanto, a dimensão humana.

No contexto rural, a ideia do associativismo aparece relacionada ao processo de formação de uma classe

trabalhadora. Para Dalfovo et al. (2010), o associativismo rural surgiu para integrar pessoas, com a finalidade de melhorar as condições de vida e os direitos dos cidadãos, propondo soluções para fortalecimento dos projetos a fim de que os associados se vejam como sujeitos coletivos ativos. Desta forma, as estratégias associativas estarão coligadas com os pressupostos de uma ordenação social de mercado, pois apresentam-se aos produtores como instrumento estratégico importante para o fortalecimento econômico e político. Assim, pode favorecer a superação do isolamento e, também, mediar relações de interesse (comerciais, políticas e outras) com os outros agentes econômicos e institucionais (LISBOA; BONASSI, 2003).

As associações, bem como as cooperativas, contribuem com a organização da produção familiar. Nos assentamentos rurais, estas formas associativas têm se estabelecido de forma expressiva, o que reflete uma melhora do nível de produção dos agricultores familiares. Essa contribuição pode ocorrer de forma econômica, política, social e cultural (OLIVEIRA, 2010).

É importante frisar a existência de fatores que interferem no desenvolvimento de assentamentos e, portanto, exercem influência nas práticas associativas. Em assentamentos rurais com maior nível de desenvolvimento, as associações locais (e/ou os movimentos sociais) encaminham as reivindicações dos moradores, o que caracteriza representatividade e atuação (FAO, 1998).

Não se pode deixar de destacar que, nos assentamentos rurais, o associativismo e a cooperação enfrentam barreiras centradas em questões individuais, além de prejuízos marcados por tendências pessoais à autonomia. Em indivíduos com histórico de dependência, tanto paterna, quanto de ligação patronal (ou em relação a outros agentes), o ato da conquista de um lote tende a ser visualizado como o rompimento dessa relação rumo à autonomia (TERRA, 2009). Acrescentam-se, ainda, as aspirações do assentado, baseadas no espírito individualista que marca sua trajetória em torno da propriedade, do patrimônio familiar e do trabalho personalizado (WANDERLEY, 1996). Ademais, caso o assentado tenha sido um trabalhador urbano (ex - assalariado urbano), existe a tendência na reprodução da forma de propriedade individual, marcada pela posse caracterizada pelos padrões tradicionais de exploração produtiva (SABOURIN; OLIVEIRA; XAVIER, 2007).

Por outro lado, as associações em assentamentos de reforma agrária são quase compulsórias, o que significa que não contribuem relevantemente com a vontade dos assentados em cooperar, bem como com o desejo dos

mesmos atuarem de forma coletiva (BANDEIRA, 2007). Nesta perspectiva, Moraes e Curado (2004) constataram que, nas áreas de reforma agrária do estado de Mato Grosso do Sul, assim como em outras organizações associativas de assentamentos rurais brasileiros, ocorre a imposição de um modelo de associativismo diretamente ligado ao crédito rural ou às políticas públicas de desenvolvimento rural, sem haver a caracterização de um espaço de construção organizacional solidário e participativo.

O associativismo, mesmo com a presença de entraves, consiste num iminente caminho a ser percorrido pelos agricultores, em especial aqueles de prática familiar inseridos em assentamentos rurais, tendo em vista que, além de nortear para melhores condições econômicas e sociais, tende a materializar os mecanismos que concretizam as demandas sociais e, portanto, aproxima-os da autossuficiência produtiva.

Schneider (2003) observa que é no âmbito familiar que ocorrem discussões e, conseqüentemente, a organização da inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes. Além disso, estabelecem-se as estratégias, individuais e coletivas, que objetivam garantir a reprodução e a sobrevivência do grupo. O autor destaca a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento rural brasileiro considerando a intervenção do Estado, por meio das políticas públicas, que têm ganhado espaço de discussão e de legitimidade.

Lima Filho (2011), também, comenta que o atual modelo de desenvolvimento econômico tem base fundamentada em variáveis pouco eficazes para a missão de se proporcionar crescimento social justo e de distribuição territorial equitativa. Neste sentido, torna-se necessário um desenvolvimento que proporcione a expansão das liberdades humanas, conforme preconiza Sen (2000). O desenvolvimento ocorre à medida que o indivíduo aumenta a sua capacidade de fazer escolhas, ampliando o seu direito à liberdade. Essas capacidades estão ancoradas na formação de valores individuais e podem ser ampliadas em decorrência de políticas públicas, sustentadas pelas instituições sociais.

Em adição, Arbix, Zilbovicius e Abramovay (2001, p. 21) observam que: “O desenvolvimento, gerado endogenamente, requer criatividade no plano político, e este se manifesta quando na percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva”. Nessa perspectiva, o associativismo e o cooperativismo são ferramentas essenciais para o fortalecimento da coletividade, que promovem a inserção econômica dos pequenos produtores no mercado e, assim,

permitem que a agricultura familiar possa se desenvolver e principalmente satisfazer as necessidades econômicas, sociais e humanas de forma coletiva, visto que a fixação dos agricultores no campo tende a ser o maior dos benefícios do mundo rural.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho procurou-se analisar as informações sobre as condições de vida dos agricultores residentes no assentamento rural Lagoa Grande, caracterizando o associativismo por eles praticado e sua interferência no desenvolvimento do assentamento, por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório.

Simultaneamente à análise qualitativa, com intuito descritivo, realizou-se uma análise quantitativa dos aspectos econômicos, sociais e ambientais da configuração do assentamento. Dessa forma, para a pesquisa de campo, utilizou-se um questionário contendo perguntas relativas às características socioeconômicas dos produtores e suas unidades produtivas, acesso às políticas públicas, participação em associações e cooperativas. O questionário também contemplou questões de maior abrangência em relação ao associativismo e ao cooperativismo, a fim de observar a percepção dos assentados quanto à importância destas formas de organização para a melhoria das condições de vida no assentamento.

A área geográfica do estudo refere-se ao assentamento rural Lagoa Grande, um projeto de assentamento federal (PA), criado pela Portaria INCRA nº 52 de 06/11/1997, por meio da desapropriação (via Decreto presidencial) do imóvel rural denominado Quinhão nº 2, desmembrado da Fazenda Nova Lagoa Grande e conhecido por Fazenda Recreio (INCRA, 2011).

O assentamento localiza-se às margens da Rodovia Dourados-Itahum, a cinco quilômetros do Distrito de Itahum, no município de Dourados, MS e conta com 151 lotes distribuídos em uma área de 4.070,7679 ha. De acordo com Daniel et al. (2013), o assentamento apresenta área de relevo plano e suave ondulado, banhado pelo Córrego Capão Alto. O clima tem precipitações irregulares, variando de 1000 a 1500 mm/ano, com chuvas no verão e seca no inverno. Na região predomina a vegetação de Cerrado e Campo Cerrado e parte dela está sob Tensão Ecológica com contato Savana - Floresta Estacional.

A coleta de dados necessários à sua execução contempla uma ampla revisão bibliográfica, realizada em livros, periódicos, revistas especializadas, trabalhos científicos, entre outros, por meio duas formas de pesquisa, conforme seguem:

- Pesquisa Documental: realizada em órgãos oficiais específicos, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Escritório Regional em Dourados e pelo endereço eletrônico nacional), a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER (Escritório Regional do Município de Dourados) e endereço eletrônico oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

- Pesquisa de Campo: realizou-se um Censo, com a aplicação de questionários a todas as famílias assentadas, por meio de visitas aos lotes. De acordo com Gil (2010), para a realização de um experimento, é fundamental selecionar sujeitos. As características relevantes para a definição da população devem ser consideradas.

Conforme Vieira (2009, p. 16): “Denomina-se censo o conjunto de dados obtidos por meio de recenseamento. Os censos demográficos descrevem as características da população”. Para a realização do censo no assentamento, foram feitas 11 (onze) visitas de março a dezembro de 2012, sendo a primeira em 13/03, quando foi aplicado o pré-teste e as demais foram realizadas nas seguintes datas: 30/06, 11/07, 17/07, 04/09, 14/09, 08/10, 30/10, 07/11, 15/11 e 06/12.

Foram visitados os 151 lotes que fazem parte do assentamento, no entanto, foi possível entrevistar apenas os responsáveis pelas famílias residentes em 89 lotes (58,9%). Nos outros 62 lotes (41,1%), não foi possível aplicar questionários, tendo em vista os seguintes motivos, conforme informações coletadas com os vizinhos: em 25 lotes não havia pessoas ou o (a) responsável pela família na residência; em 22 lotes os proprietários residiam em Dourados ou em outras cidades do entorno, como: Fátima do Sul, Itaporã e Douradina; em 4 lotes os proprietários residiam na vila próxima ao assentamento (Itahum); 6 lotes estavam abandonados e sem moradores; em 4 lotes estavam os empregados (caseiros) que não sabiam dar informações e 1 lote estava arrendado para um assentado proprietário de outro lote no mesmo assentamento. Ressalta-se que nos lotes onde não foi possível aplicar os questionários, ocorreram no mínimo duas visitas, em diferentes datas, na tentativa de obter êxito.

Depois da coleta de dados, as informações foram tabuladas e processadas, utilizando-se o software *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS. Posteriormente, efetuou-se a análise dos dados obtidos. O tratamento dos dados se deu, por meio de análises descritivas, confrontando os resultados encontrados com a teoria, objetivando evidenciar a importância do associativismo

e do cooperativismo para o desenvolvimento rural da agricultura familiar.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção está dividida em duas partes. Na primeira apresentam-se os resultados do perfil demográfico e as características (lotes, produção, renda) do assentamento Lagoa Grande. Na segunda parte, apresenta-se e discute-se a caracterização do associativismo constante no assentamento Lagoa Grande.

##### 4.1 Perfil Demográfico e Caracterização do Assentamento Lagoa Grande

Foram entrevistados 89 chefes de família ou responsáveis pelos domicílios, residentes nos lotes do assentamento Lagoa Grande, sendo 55,1% do sexo masculino e 44,9% do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 14 a 85 anos e 30,3% encontravam-se na faixa etária entre 41 a 50 anos. A média de idade dos demais membros familiares, que totalizaram um grupo de 213 assentados, foi de 20,3 anos, fato que caracteriza a necessidade de políticas públicas direcionadas aos jovens e a conscientização da importância deste grupo no desenvolvimento do assentamento, conforme observam Bittencourt (1998) e Sangalli (2013).

Entre os entrevistados, 67,4% responderam que seus lotes originavam-se do INCRA e 32,6% foram adquiridos de terceiros. Quanto ao ano de aquisição dos lotes, 50,6% declararam ser os primeiros proprietários, desde 1997. Verificou-se que nenhum assentado entrevistado possuía documento de titularidade do lote, eles tinham apenas um documento denominado Carta de Anuência, a qual designava o lote em nome do assentado.

A área de cada lote do assentamento variava de 17 a 90 hectares, os quais possuíam, em média, 25,9 hectares e a maioria (21,3%) possuía 20 hectares. A área média plantada correspondia a 9,9 hectares, variando entre 0,5 e 27 hectares entre os lotes. A área preservada variava de 0,5 e 15 hectares, sendo, em média, 4,6 hectares por lote. Em 34,8% dos lotes havia a presença de nascente ou córrego. A área de preservação permanente (APP) estava presente em 44,2% dos lotes. Quanto à reserva legal, estava presente em 55,2% dos lotes e 44,8% não apresentavam reserva legal.

As atividades produtivas, para a geração de renda no assentamento, apresentavam-se pouco diversificadas, destacando-se, conforme Figura 1, a criação de gado leiteiro (66%), gado de corte (14,5%), lavoura de soja/milho (5,6%), lavoura de mandioca (4,5%) e o cultivo de eucalipto (4,5%), uma atividade recente e em expansão.

As demais rendas (4,9%) estavam compostas pela venda de novilhos (1,2%), frangos (1,1%), porcos (1,1%) e ovos, queijo, doces, mel, pães e artesanato (1,5%), que eram vendidos conforme a necessidade. O predomínio da pecuária leiteira no assentamento Lagoa Grande também foi identificado no estudo de Castro et al. (2010). A necessidade de maior diversificação produtiva foi apontada no estudo de Santos (2011), que destacou a eficiência produtiva para elevar a renda média e reduzir o êxodo rural.

Vale salientar que alguns assentados declararam não possuir nenhuma atividade geradora de renda, como no caso de famílias de aposentados e de pessoas que apenas residiam no assentamento e trabalham no Distrito de Itahum, nas fazendas do entorno ou na cidade de Dourados.

Muitos cultivos ou criações eram apenas para o consumo familiar, como no caso da criação de frangos e porcos, o cultivo de horta e pomar, a produção de ovos e o plantio de mandioca e cana-de-açúcar (esta última especificamente para alimentação do gado). Nesta perspectiva, Bittencourt (2008) e Silva (2012) observam o dilema enfrentado nos assentamentos, a fim de converter seus sistemas de produção e torná-los viáveis para o autoconsumo e a geração de renda.

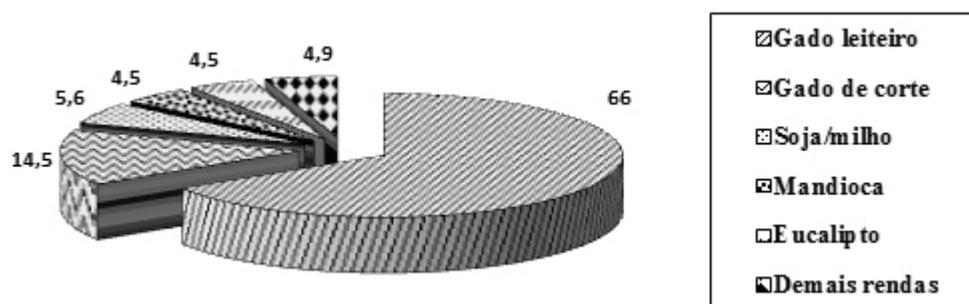
A maioria dos assentados relatou que o solo do assentamento é “fraco” e que, para torná-lo adequadamente produtivo seriam necessários investimentos para correção do solo, maquinário (principalmente trator) e novas variedades de pastagens. A baixa qualidade do solo nos assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul é destacada nos estudos de Lamas et al. (2000) e Menegat (2009).

No que se refere às políticas públicas para a agricultura familiar, a maioria dos assentados (52,9%) disseram conhecer apenas o PRONAF, do qual já participaram ou ainda estão vinculados. Grande parte estaria inadimplente, nem

mesmo sabendo dizer o valor atual da dívida. A maioria dos entrevistados já ouviu falar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa Aquisição de Alimentos - PAA, mas apenas 8,2% já participaram destes programas no período entre 2008 a 2010 e 50,0% participaram do PNAE com a venda de leite, doces, queijos e mandioca e 50% do PAA, com a venda de leite.

Os motivos pelos quais eles não participavam destes programas foram, principalmente, pela falta de conhecimento (30,2%) ou porque as informações não chegaram até eles. Dos entrevistados que já participaram, 68,2% responderam que não há acompanhamento dos órgãos governamentais após o ingresso nos programas ou, em alguns casos, ocorre apenas na fase inicial realizada pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) ou pelo Banco do Brasil. Diante destes fatos, observa-se a importância da inserção produtiva para o desenvolvimento do assentamento, por meio das políticas públicas, com mais oportunidades, as quais aumentam a capacidade dos indivíduos fazerem escolhas, conforme contextualizaram Sen (2000) e Schneider (2003).

Neste sentido, Veronezzi (2012), objetivando apresentar uma discussão acerca da questão que envolve a dinâmica de produção e do associativismo praticado pelos assentados, anteriormente trabalhadores rurais assalariados, do Assentamento de Córrego Rico, localizado no município de Jaboticabal – SP constatou que as atividades coletivas realizadas pelos associados, além de potencializarem a produção agrícola, facilitam a inserção dos associados em projetos governamentais e na aquisição de financiamentos de equipamentos agrícolas. O autor ressalta que as frequentes reuniões da associação, realizadas para os mais diversos fins, reforçam os laços da coletividade entre os associados.



**FIGURA 1** – Representatividade das principais atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias no assentamento Lagoa Grande

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa

As fontes de renda da população do assentamento Lagoa Grande estavam compostas da renda do lote e da renda complementar. A maioria dos entrevistados, (41,6%) tinham renda oriunda do lote inferior a um salário mínimo, que na época da entrevista (ano de 2012), estava em R\$ 622,00. Apenas 6,7% tinham renda proveniente do lote superior a três salários mínimos.

A renda complementar fazia parte de 75,3% das famílias do assentamento que, em 34,3% dos casos, girava em torno de um salário mínimo, sendo a aposentadoria a principal fonte em 38,8% das famílias. Em relação à renda total, verificou-se que 48,3% dos entrevistados obtinham renda familiar de um a dois salários mínimos, 22,5% entre dois e três salários mínimos e 13,5% mais de três salários mínimos por mês. Apenas 7,9% dos entrevistados tinham uma renda familiar de um salário mínimo, assim como outros 7,9% tinham renda inferior a um salário mínimo.

Por desempenhar um papel relevante na busca por alternativas de desenvolvimento e, conseqüentemente, da resolução de problemas relacionados à produção e geração de renda, Pires (2002) destaca a importância das associações em assentamentos rurais. Em adição, Fabrini (2000) observa que as associações, os grupos coletivos e as cooperativas exercem função de promover a articulação dos assentados na tentativa de obter créditos e melhorar a infraestrutura dos lotes.

#### **4.2 Caracterização do Associativismo no Assentamento Lagoa Grande**

No ano de 2012, o assentamento Lagoa Grande tinha duas associações, sendo a associação de moradores do assentamento, da qual participavam 66,3% dos entrevistados e a associação sabores do cerrado, criada em 2012, da qual participavam 5,6% dos entrevistados, os quais também participam da associação de moradores. A maioria dos associados (30,3%) da associação de moradores do assentamento participava desde o início da sua fundação (15 anos) e, dos entrevistados, 11,9% tinham cargo na diretoria ou no conselho fiscal da associação.

Os participantes das associações foram questionados sobre o conhecimento dos direitos e deveres dos associados, assim 60,0% afirmaram conhecê-los e 40,0% não. Quanto ao atendimento das expectativas, 41,4% disseram que a associação de moradores atendia e 58,6% que não atendia as suas expectativas e os principais motivos e o que seria necessário para fortalecê-la estão elencados na Tabela 1. Entre as respostas, destacou-se a

falta de ação do presidente, como sendo o principal motivo da falta de atendimento às expectativas dos assentados e a necessidade de união e participação dos associados para fortalecer a associação.

Os resultados apresentados na Tabela 1 corroboram com os estudos realizados no Assentamento Amparo, localizado, também, na cidade de Dourados, sendo destacado que os entrevistados tinham a percepção da importância da Associação do Assentamento; no entanto o seu fortalecimento era algo ainda incipiente e que precisava ser estimulado pela união de todos os assentados. Iniciativas institucionais necessitam estar mais presentes como incentivo a práticas cooperativas e que estas contemplem a comercialização dos produtos, pois o sucesso delas pode incentivar a reprodução de práticas associativas (SILVA, 2013).

Alguns assentados relataram que o presidente da associação, apesar de estar residindo com sua família no assentamento, na sede da associação, quase não permanecia no local, bem como não circulava pelos lotes, a fim de acompanhar o dia a dia do assentamento. Relataram, ainda, que a associação de moradores do assentamento estaria irregular junto à Receita Federal, por falta de declaração de imposto de renda por alguns anos, fato que dificultava a participação dos assentados em programas de venda pública, como o PAA e PNAE.

Os moradores do Assentamento Lagoa Grande, que já participaram desses programas, conseguiram por meio da Associação de Produtores da Agrovila Formosa (AGROFORM). Essa associação localiza-se na Agrovila Formosa, assentamento criado, por meio da parceria do município de Dourados com o governo do estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 1990, ficando distante em torno de 120 km do assentamento Lagoa Grande, o que prejudica a participação efetiva dos assentados nos programas citados. Neste contexto, Silva (2012) e Vilpoux e Oliveira (2011) enfatizam a importância das formas de interação entre os pequenos produtores em associações ou cooperativas, a fim de fortalecê-los.

No que diz respeito ao cooperativismo, conforme respostas dos assentados, não havia cooperativa no assentamento e apenas um entrevistado declarou participar de cooperativa, há dois anos, sendo esta localizada no Distrito de Itahum. Este respondeu não conhecer os direitos e deveres dos cooperados e que a cooperativa não atende as suas expectativas, já que o compromisso com ela estava sendo renovado a cada safra e, para fortalecê-la, ele deveria participar mais, no entanto, alegou não ter disponibilidade de tempo.

**TABELA 1** – Motivos que levam à falta de atendimento das expectativas dos assentados pela associação e o que seria necessário para fortalecer a associação de moradores do assentamento Lagoa Grande (valores em percentuais)

Motivos que levam à falta de atendimento das expectativas dos assentados:		O que seria necessário para fortalecer a associação?	
Respostas	(%)	Respostas	(%)
Falta de participação dos associados	11,1	União e participação dos associados	26,5
Falta de iniciativa e ação dos associados	11,1	Ação por parte do presidente e associados	23,0
Falta de ação do presidente da associação	50,0	Empenho do presidente para resolver problemas	24,6
Falta de recursos na associação	11,1	Associados pagarem a mensalidade em dia	9,7
O Presidente não convive no assentamento	5,6	Trocar o presidente	6,5
Falta de incentivos governamentais	11,1	Estão satisfeitos	9,7

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa

Scopinho (2007) afirma que, entre os assentados, é observada uma tendência a não aceitação da 'cooperativa como um modelo de organização'. No entanto, verifica-se a propensão a valorizar a cooperação como uma forma de organizar a vida em sociedade, bem como a vida econômica. Observa que tal fato demonstra o receio da institucionalização, manifestado sob o argumento da burocratização e da perda de autonomia. Por outro lado, ressalta que o associativismo formal é uma condição imprescindível à legalização de assentamentos de reforma agrária. Em contraponto, conforme a autora, nota-se que há um retorno às formas mais tradicionais de organizar o trabalho, que estão fundamentadas na cooperação espontânea, tendo em vista a percepção da relevância de se cooperar, sendo esse um fator essencial à sobrevivência dos assentados.

Em relação às dificuldades enfrentadas nos lotes do assentamento Lagoa Grande, 88,1% dos entrevistados responderam que não existia apoio para diminuir essas dificuldades no assentamento. Os outros 11,9% disseram que o apoio existe pela comunidade e, principalmente, por instituições como a AGRAER, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Prefeitura Municipal de Dourados. Neste ponto, destaca-se a importância das organizações de apoio e Governos na organização e capacitação dos agricultores, conforme apontam Vilpoux e Oliveira (2011).

A Tabela 2 demonstra algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos assentados, em sua maioria, apontadas por 20,2% dos respondentes, englobando as péssimas condições das estradas do assentamento, a falta de maquinário para as atividades agrícolas (principalmente

trator e colheitadeira) e a quase inexistência de assistência técnica. A baixa qualidade da pastagem foi a segunda maior dificuldade apresentada pelos assentados, com 13,5%, fato que prejudicava a produtividade e qualidade do leite e a engorda do gado de corte. Observou-se que apenas 7,9% dos entrevistados responderam que não havia dificuldades nas suas atividades diárias no assentamento.

Na Tabela 2, também, estão relacionadas as principais ações que os assentados poderiam fazer para ajudar a minimizar as dificuldades, conforme as respostas dos entrevistados. Entre as ações que ajudariam a diminuir estas dificuldades, destacou-se, com 63,0%, a união e participação dos moradores na associação e o empenho para resolução dos problemas. As demais respostas referiam-se a: pagamento da mensalidade em dia (poucos assentados pagavam a mensalidade no valor equivalente a R\$ 15,00 para que a associação tivesse recursos para manutenção do trator utilizado entre os associados nos seus respectivos lotes) e a busca por auxílio junto ao INCRA, com 14,8%; ter uma liderança atuante na associação com 7,4%; montar uma cooperativa no assentamento com 7,4%; a associação ter maquinário disponível para empréstimo entre os assentados com 3,7% e a busca por incentivo e auxílio do governo com 3,7%.

Estes resultados inserem-se nas abordagens de Souza et al. (2011) que apontam os obstáculos que limitam o desenvolvimento dos assentamentos e de Valadares et al. (2011), que destacam a necessidade de elaboração de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento rural, por meio do acompanhamento e suporte do Estado, a fim de proporcionar perspectiva futura e qualidade de vida nos assentamentos.

**TABELA 2** – Principais dificuldades enfrentadas nos lotes do assentamento Lagoa Grande e ações que podem ser realizadas pelas pessoas da comunidade para diminuí-las (valores em percentuais)

Dificuldades enfrentadas nos lotes		O que as pessoas da comunidade poderiam fazer para ajudar a diminuir as dificuldades	
Respostas	(%)	Respostas	(%)
Estradas ruins, falta de maquinário e de assistência técnica	20,2	Moradores se unirem, participarem da associação e terem atitude para resolver os problemas	63,0
Pastagem de baixa qualidade	13,5	Associados pagarem a mensalidade em dia e buscar ajuda no INCRA	14,8
Estradas ruins e falta de transporte municipal para universitários (noturno)	10,1	Ter uma liderança atuante na associação	7,4
Estradas e ponte em péssimas condições	7,9	Montar uma cooperativa	7,4

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados da pesquisa

Entre os fatores limitantes ao desenvolvimento do assentamento, destacou-se o papel da associação de moradores, cuja falta de atuação foi uma das grandes reclamações apontadas pelos assentados. É importante destacar que a associação deveria ser um elo entre os assentados e as instituições públicas, concretizando parcerias, informando e motivando os assentados a participarem de projetos e programas de geração de renda, bem como contribuir para minimizar ou extinguir os demais fatores limitantes. Por outro lado, alguns assentados se declararam pouco participativos e conscientes de que deveriam ser mais unidos e atuantes na associação.

Diante dos dados apresentados, inserem-se as abordagens de Lamas et al. (2000), que em pesquisa realizada em outros onze assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul, constataram a necessidade da conscientização por parte dos assentados para uma maior organização e atuação em suas associações. Neste sentido, destaca-se a necessidade de vontade coletiva, para o fortalecimento do associativismo, conforme observam Arbix, Zilbovicius e Abramovay (2001).

Em complemento, Candil, Arruda e Arakaki (2007) indicam que é essencial o fortalecimento da associação em assentamentos rurais e o estabelecimento de estratégias com a finalidade de incentivar as relações interpessoais e interinstitucionais, com vistas a estimular o desenvolvimento de assentamentos rurais.

O fortalecimento da associação e o resgate de sua credibilidade junto aos assentados podem proporcionar perspectivas futuras para o desenvolvimento das atividades em seus lotes e para o assentamento

como um todo, contribuindo para uma trajetória de desenvolvimento econômico e social do assentamento Lagoa Grande.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou investigar mecanismos relativos ao associativismo e sua manifestação no assentamento rural Lagoa Grande, localizado em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Analisando as características do associativismo, praticado pelos associados, observou-se uma grande deficiência quanto à Associação de Moradores do Assentamento Lagoa Grande, a qual, nos relatos dos assentados, não cumpre seu papel no processo de apoio ao desenvolvimento do assentamento.

Os resultados da pesquisa apontaram diversos fatores limitantes às condições de vida das famílias em seus lotes e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do assentamento. Acredita-se que seja preciso romper a barreira do individualismo e da dependência do Estado. Os assentados não se deram conta de que unidos em associações ou cooperativas teriam mais força para sanar as dificuldades vivenciadas (solo fraco, pastagens de baixa qualidade, falta de assistência técnica, estradas e ponte em estado precário, dificuldades de transporte, de maquinários, de acesso ao mercado consumidor e a serviços de saúde e financiamentos).

O potencial do assentamento Lagoa Grande está na sua população que, em grande parte é jovem, está na escola e necessita de incentivo (principalmente de infraestrutura), para continuar seus estudos, além

de políticas públicas que os motivem a continuar colaborando com suas famílias. Neste sentido, os cursos de extensão rural que envolvam ou contemplem o uso de tecnologias no campo, com enfoque nas atividades produtivas do assentamento, poderiam despertar o interesse dos jovens e serem de grande valia para as famílias e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das atividades nos lotes.

Observou-se, também, a existência de muita carência de informações, principalmente, de programas sociais e de alternativas geradoras de renda, como a piscicultura, a produção orgânica, os sistemas agroflorestais e a agroecologia (muito importantes para a preservação das áreas de cerrado ainda presentes em alguns lotes do assentamento). Políticas que devem ser direcionadas ao atendimento de diferentes realidades nas famílias de assentados.

A eficiência produtiva dos lotes e conseqüente fixação das famílias dependem, principalmente, de uma reestruturação da associação de moradores do assentamento, do restabelecimento da confiança na mesma com a participação dos assentados, colaborando e exigindo o cumprimento do papel da diretoria.

A associação atuante pode trazer capacitações, informações e auxílio no acesso aos programas sociais, organização por meio de cooperação na produção e comercialização dos produtos do assentamento e ainda cobrar mais rigor do poder público em relação às questões de saúde, transporte, infraestrutura, assistência técnica e regularização dos lotes pelo INCRA. Salienta-se, também, a necessidade de estratégias educativas voltadas à conscientização acerca dos benefícios da cooperação. No entanto, estas estratégias não devem ser meros mecanismos de repasse de informações e valores, mas que permitam construir/reconstruir novas maneiras de organizar a produção.

Ademais, a participação do Estado é fundamental para o desenvolvimento da cooperação em assentamentos rurais, por meio da implementação de políticas públicas capazes de viabilizar as novas formas de produção agrícola, contemplando a capacitação dos assentados, a disponibilidade de assistência técnica, a pesquisa e a comercialização. Dessa forma, acredita-se que haveria uma melhora na eficiência produtiva das propriedades e na qualidade de vida no assentamento, essenciais para a fixação das famílias e o desenvolvimento do assentamento.

## 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. **Construindo o futuro:** política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados. São Paulo:Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania,1998.(Cadernos ITESP,10).

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo: UNESP; EDUSP, 2001. 374 p.

BAMBIL, A. L.; VILPOUX, O. F. Influence of modern technology on small family-owned farms in the Brazilian savannah region: a case study of a settlement in Mato Grosso do Sul State. **Journal of Development and Agricultural Economics**, New York, v. 3, p. 498-503, 2011.

BANDEIRA, P. S. Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124,2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/98/55>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números: dossiê questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n. 31, p. 37-49, 1997.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BITTENCOURT, A. G. et al. Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: GUANZIROLI, C. (Coord.). **Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO.** Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.deser.org.br/pub\\_read.asp?id=67](http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67)>. Acesso em: 7 jan. 2013.

CANDIL, R. F. M.; ARRUDA, E. J. D.; ARAKAKI, A. H. O Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.), o desenvolvimento local e a sustentabilidade biológica no assentamento Andalúcia, Nioaque/MS. **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 1, p. 75-80, mar. 2007.

CANTERLE, N. M. G. O associativismo e o desenvolvimento local. In: SIMPÓSIO ESTADUAL DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 8., 2004, Francisco Beltrão. **Anais...** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.p. 1-8.

- CARMO, M. S.; COMITRE, V. A visão sistêmica na avaliação sócio-ambiental de assentamentos rurais. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. (Ed.). **Assentamentos rurais no século XXI**: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 435-452.
- CASTRO, K. N. C. et al. **Características da pecuária leiteira no assentamento Fazenda Nova Lagoa Grande, em Dourados, MS**. Dourados: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2010. 44 p. (Documentos, 106).
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- COOK, M. L.; CHADDAD, F. R. Redesigning cooperative boundaries: the emergence of new models. **American Journal of Agricultural Economics**, Lexington, v. 86, n. 5, p. 1249-1253, 2004.
- DALFOVO, W. T. et al. A constituição de um modelo associativista familiar como alternativa de desenvolvimento local e regional sustentável: o caso do borboletário do SESC Pantanal em Poconé-MT. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. 1 CD-ROM.
- DANIEL, O. et al. **Identificação de pontos de uso indevido das áreas de preservação permanente às margens do rio Dourados, MS**. Disponível em: <[http://www.do.ufgd.edu.br/omardaniel/arquivos/docs/a\\_artigos/UsdTerraSig/PontosMargemRDdos.pdf](http://www.do.ufgd.edu.br/omardaniel/arquivos/docs/a_artigos/UsdTerraSig/PontosMargemRDdos.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2013.
- FABRINI, J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10177>>. Acesso em: 18 out. 2012.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAO debate produção e demanda mundial por alimentos no Fórum Sebrae de Conhecimento**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/apdsa.asp>>. Acesso em: 1 fev. 2013.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: INCRA/FAO, 1998. 68 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.
- GUILHOTO, J. J. et al. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: MDA, 2005. 44 p. (Estudos NEAD 9). Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- \_\_\_\_\_. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rest/v44n3/a02v44n3.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria nº 52, de 6 de novembro de 1997. Dispõe sobre a criação e divisão do assentamento Lagoa Grande. Cópia do Documento disponibilizada pela Agência Regional do INCRA, em Dourados, MS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 46, 7 nov. 1997. Seção 1.
- \_\_\_\_\_. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento. Coordenação Geral de Implantação. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação**: rel. 0227 de 23/03/2012. Brasília, 2012. 315 p. Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- LAMAS, F. M. et al. **Diagnóstico dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul**. Dourados: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2000. 32 p. (Documentos, 18).
- LAZZARETTI, M. A. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária**: processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. 150 p.
- LIMA FILHO, S. C. de. Capital social e desenvolvimento sustentável: a experiência de Campo Brito (SE). **Revista Econômica do Nordeste**, Natal, v. 42, n.1, p. 139-163, 2011.

- LISBOA, T. C.; BONASSI, S. A. O associativismo como estratégia competitiva no varejo: um estudo de caso na AREMAC - AM - Associação Regional de Material de Construção da Alta Mogiana. **Revista Eletrônica da Administração**, Franca, v. 2, n. 2, p. 1-25, 2003.
- MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural em Argentina y Brasil:análisis comparativo, 1990-2010. **Revista Interdisciplinaria de EstudiosAgrarios**, Buenos Aires, n. 34, p. 35-71, 2011.
- MARASCHIN, A. F. **As relações entre produtores de leite e cooperativas**: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa, RS, 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia:as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no assentamento Taquaral, MS. Dourados: UEMS/UFGRD, 2009.196 p.
- MORAES, E. G.; CURADO, F. F.Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIOECONÔMICOS DO PANTANAL, 4., 2004, Corumbá. **Anais...** Corumbá: SIMPAN, 2004. 1 CD-ROM.
- OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.
- PIRES, M. A. P. **Diagnóstico sócio-econômico de assentamentos rurais na região de Ponta Porã e as perspectivas de desenvolvimento local**. 2002.103 f. Dissertação(Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002.
- SABOURIN, E.; OLIVEIRA, M. N. D.; XAVIER, J. H. V. Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG. **Estudos Sociedade de Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 5-44, 2007.
- SANGALLI, A. R. **Assentamento Lagoa Grande, em Dourados, MS**: aspectos socioeconômicos, limitações e potencialidades para o seu desenvolvimento. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.
- SANTOS, J. D. Ocupar, resistir e produzir: velhos e novos paradigmas na configuração de assentamentos rurais como alternativa de sustentabilidade. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n.4,p. 28-32, dez. 2011.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18,n. 51, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.
- SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, p. 84-94, 2007. Edição especial.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 409 p.
- SILVA, H.C.H. **Cooperação e compartilhamento de informação entre os atores sociais do Assentamento Amparo no município de Dourados, MS**. 2013. 83 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.
- SILVA, R. P. **Modo de produção**: assentamentos rurais:reforma agrária em debate. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2011/01/modo-de-producao-assentamentos-rurais.html>>. Acesso em: 13 out. 2012.
- SOUZA, P. M. et al. Agricultura familiar *versus* agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. **Revista Econômica do Nordeste**, Natal, v. 42, n. 1, p. 105-124, 2011.
- TARSITANO, M. A. A. et al. Caracterização das ações de assistência técnica e extensão rural no assentamento Timboré, SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. (Org.). **Assentamentos rurais no século XXI**: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 167-186.

- TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?:** assentamento Itamarati em Ponta Porã, MS: “o pivô da questão”. 2009. 325f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2009.
- VALADARES, A. A. et al. O rural na PNAD 2008. In: CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. (Org.). **Situação social brasileira:** monitoramento das condições de vida. Brasília: IPEA, 2011. p. 113-137.
- VERONEZZI, F. O associativismo e a diversidade de produção agrícola no assentamento rural de Córrego Rico, Jaboticabal (SP) quatorze anos após a conquista. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA “TERRITÓRIOS EM DISPUTA: OS DESAFIOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO”, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. 1 CD-ROM.
- VIEIRA, S. **Elementos de estatística.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 162 p.
- VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, M. A. C. de. Governanças na agricultura familiar: mercados, contratos, redes e cooperativismo. In: VILPOUX, O. F. (Org.). **Sustentabilidade na agricultura familiar.** Curitiba: CRV, 2011. p. 191-226.
- WANDERLEY, M. D. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Brasília: MDA, 1996. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/o/899445>>. Acesso em: 20 out. 2012.